

A “falta de braços” e o trabalhador desejado: debates sobre o futuro da escravidão e o trabalho livre nos jornais de Campinas/SP (1875-1885).

Rafael da Cunha Scheffer*

Resumo

Nos anos finais da década de 1870 e início da seguinte, nos jornais de Campinas foram frequentes as discussões a respeito do futuro da escravidão e da substituição dos cativos. Nessa comunicação procuramos explorar essas expectativas sobre a emancipação e a conveniência de outras leis para regulamentar essa instituição. Além disso, buscamos entender as comparações entre trabalho escravo e livre, e as diferentes origens de imigrantes estudadas para prover de força de trabalho a lavoura nacional. Para essa análise, exploramos os periódicos “Gazeta de Campinas” e “Diário de Campinas” entre os anos de 1875 e 1885, especialmente suas seções de artigos e cartas de representantes do Club da Lavoura dessa cidade paulista.

Palavras chave: Escravidão, jornais, imigração

Abstract

In the final years of 1870s and beginning of next decade, the newspapers of Campinas published many discussions about the future of slavery and the problem of bondsmen substitution. In this communication we explored those expectations about emancipation and the convenience of another laws to regulate that institution. Furthermore, we try to understand the comparisons between slave and free work, and the different immigrant sources studied to provide work force to the plantations. To analyse this we explore the newspapers “Gazeta de Campinas” and “Diário de Campinas” between 1876 and 1883, specially the section of articles and letters of Club da Lavoura representatives.

Keywords: Slavery, Journals, Immigration.

Nesta comunicação, pretendemos explorar as diversas propostas e debates a respeito da escravidão e do trabalho livre no fim da década de 1870 e início da seguinte, seguindo esses debates através de dois jornais da cidade de Campinas. Faço isso pra entender como esses debates chegavam a essa cidade no interior paulista e como eram discutidas essas questões pela imprensa local e pelas representações dos lavradores reunidos no Club da Lavoura local, em chamados de reunião e cartas apresentadas nesses periódicos.

Acompanharemos as discussões em dois periódicos, o *Diário de Campinas* e *A Gazeta de Campinas*, jornais diários dessa cidade do interior paulista. Como muitos outros jornais brasileiros da época, geralmente nas primeiras páginas eram apresentados artigos que discutiam o contexto nacional e notícias do país e internacionais. Muitos desses artigos eram reproduções de jornais da Corte ou de outras capitais, o que pode apresentar uma perspectiva

de debate que não se encaixa em diversos contextos regionais. Contudo, mesmo que não fossem escritas em Campinas, as notas mostravam correntes de opinião que os editores achavam válidas ou representativas. E além disso, no caso de Campinas essas discussões são bastante pertinentes, geralmente se referindo a um contexto comum a essa cidade, o da grande lavoura e das preocupações com o seu futuro. Somado a isso temos alguns artigos locais discutindo esse contexto nacional, e além deles a publicação de cartas de lavradores e mesmo de representações do Club da Lavoura apontando para algumas ações que deveriam ser tomadas pelo governo.

O grande pano de fundo para essas discussões foram construídos por um eixo principal: a manutenção do trabalho mesmo com o fim da escravidão. A “falta de braços” trazia em seu bojo duas preocupações fundamentais, a manutenção do trabalho escravo por maior tempo e a constituição de um suprimento de mão de obra alternativo aos cativos.

A respeito da questão escravista, certo consenso parece ter se seguido a aprovação da Lei do Ventre Livre, indicando que a questão da escravidão no Brasil estava tratada por essa lei e iria naturalmente ser encerrada (MENDONÇA, 2008, p. 119-122). No fim da década de 1870, contudo, o volume do comércio interprovincial de escravos e protestos abolicionistas ainda tímidos lançavam novamente luz sobre a questão da escravidão. O acirramento de tensões sociais com uma escalada de confrontos entre senhores e escravos, com uma crescente preocupação por parte dos senhores da violência cativeira, levantaram também o problema da mão de obra servil.

Em fins da década de 1870, entretanto, antes de mais nada se colocava para os parlamentares brasileiros a conveniência de se lançar uma nova discussão a respeito do trabalho escravo. A agitação social crescente e o conhecimento do efeito que boatos podiam ter sobre a massa escrava fazia com que parte dos políticos tendesse a assumir a Lei de 1871 como o último ato do governo sobre a questão. Ao mesmo tempo, representantes da causa abolicionista levantavam que essa mesma tensão deveria ser combatida com uma ação por parte do Estado que encaminhasse e acelerasse a questão da emancipação. Assim, uma primeira discussão se deu entre os que chamaremos de defensores da lei de 1871 e os abolicionistas.

Nos jornais de Campinas encontramos falas de parlamentares que criticavam os abolicionistas ou as pessoas que exigiam por parte do governo alguma ação em relação ao fim da escravidão. Essa é a posição de um editorial publicado no *Diário de Campinas* do dia 5 de

novembro de 1878, intitulado *Lei de 28 de setembro*.¹ Nesse artigo foram elogiadas as disposições e esforços na aprovação da Lei do Ventre Livre, sendo reconhecidos os avanços que esta representou para a questão escrava. Ao mesmo tempo, apontava o problema do tratamento dado aos ingênuos. Segundo o autor, a violência do mundo escravista, do cotidiano em que os filhos das escravas cresciam, marcaria essas crianças, fazendo com que muitos deles desenvolvessem um ódio de classe que poderia se manifestar na liberdade pós 21 anos. Além disso, defende que não deveria ser posto novamente em discussão o tema do trabalho servil, apontando o despreparo dessa sociedade para a libertação dos escravos, sendo que mesmo na discussão do projeto de 1871 já teriam havido grandes repercussões, exemplificado na queda do preço das escravas.²

Nos anos seguintes, sucessivos artigos e editoriais procuraram reforçar essa posição de apoio a Lei de 1871, mesmo que frequentemente levantando problemas na sua aplicação. Em conjunto, nos jornais de Campinas vemos uma série de artigos que reforçam a idéia da Lei do Ventre Livre como um divisor de águas na questão escravista, elogiando sua ação no estancamento da fonte da escravidão e na ampliação da possibilidade de alforria, trazendo uma série de avanços e encaminhando a definição desse problema. No final da década de 1870, muitos desses artigos defendiam esse ato legislativo como a solução final para o problema servil, sem que houvesse necessidade de novas ações por parte do Estado. Para isso, contudo, esses artigos não deixaram de criticar problemas na aplicação daquela lei, como a morosidade da aplicação do fundo de emancipação e a falha do governo em proteger e educar os ingênuos, em dar uma perspectiva melhor de vida a essa população.³

Uma mudança nessa perspectiva foi noticiada na preocupação com uma possível ação legislativa anunciada por Joaquim Nabuco, que teria por objetivo num futuro próximo buscar uma medida que estipulasse um prazo final para a libertação de todos os escravos brasileiros. A preocupação expressa pelos jornalistas ao noticiar essa questão não estava na questão da

¹ * Doutorando em História na Unicamp, bolsista FAPESP.

Diário de Campinas, 5/11/1878. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). MR 149.

² *Diário de Campinas*, 5/11/1878. AEL. MR 149. A idéia do ingênuo como um “meio escravo” aparece também em vários outros artigos, sendo a preocupação com essa população tema de alguns editoriais. No *Diário de Campinas* de 23 de julho de 1881, reproduziu-se o artigo *Ingênuos*. Apesar de reconhecer que a tutela do ingênuo pelo senhor da mãe foi uma necessidade para a aprovação da lei, aponta que hoje isso seria um problema, visto que o ingênuo, um “meio escravo”, seria criado na ignorância e violência. Quando livres, estes se tornariam inúteis para a civilização. Defende a necessidade da intervenção do Estado, da criação de instituições para a educação dos ingênuos, que assim se tornariam cidadãos responsáveis e produtivos. *Diário de Campinas* 23/7/1881. AEL. MR 152.

³ *Diário de Campinas*, 4/7/79, 16/11/79, 19/11/1879. AEL. MR 150; e *Diário de Campinas*, 1/10/1880 AEL. MR 152.

emancipação, mas sim na possibilidade de se por em prática essas medidas sem que se destruísse a lavoura nacional.⁴

Em agosto de 1880 temos a publicação do projeto apresentado por Joaquim Nabuco ao parlamento, que previa a emancipação dos escravos com indenização em 1890.⁵ O projeto foi colocado em votação e rejeitado no início de setembro, representando para seu autor um indício do medo do gabinete e dos parlamentares, uma vã tentativa de impedir algo que certamente aconteceria. Afirmação essa contestada pelo deputado Martim Francisco Filho. Apesar de não se declarar escravocrata, dizendo inclusive ser favorável a emancipação, Francisco Filho apontou que a medida proposta representava a morte da lavoura, sendo apoiado por outras falas que apontavam a necessidade de se preparar o futuro, o trabalhador que substituiria o escravo.⁶

Essa preocupação com o futuro da escravidão, especialmente no que tange a política de emancipação, foi explicitada em um artigo do dia 28 de agosto. Nas *notas Cotidianas* o editor do *Diário de Campinas* aponta a necessidade de se discutir a abolição, especialmente a posição do governo e seu plano de ações a respeito. A principal questão lançada é a respeito das condições em que seria feita a emancipação: o governo encaminharia a questão da libertação por tempo de serviço ou indenização? Essa seria um problema fundamental para os proprietários, segundo o autor presos pela necessidade ao braço escravo, pois “ninguém no Brasil tem prazer em possuir escravos”, mas a necessidade os obrigaria a possuí-los.⁷

Em uma série de artigos intitulados *A propaganda abolicionista* e assinados por Aprígio Cesarino, vemos a defesa da abolição gradual e a crítica aos abolicionistas idealistas e suas idéias impraticáveis, devido ao risco que representavam para a lavoura. Tratando da questão dos libertos, aponta que estes estavam despreparados para o uso da liberdade, observando uma ligação necessária entre a emancipação e imigração como forma de suprir a necessidade de braços na lavoura. Defende que com medidas que disponibilizassem trabalhadores (imigrantes), o próprio particular tomaria a decisão de substituir seus escravos. Na mesma linha criticava ainda a venda de escravos em depósitos, “mercados de carne humana”, sendo a favor do fim do comércio interprovincial.⁸

O acúmulo das discussões e a falta de uma ação mais definida do governo no início da década de 1880, somada a uma expansão da causa abolicionista (citação), foram refletidos na

⁴ *Diário de Campinas*, 16/5/80. AEL. MR 151

⁵ *Diário de Campinas*, 31/8/80. AEL. MR 151.

⁶ *Diário de Campinas*, 3/9/80. AEL. MR 152.

⁷ *Diário de Campinas*, 22/8/80. AEL. MR 151.

⁸ *Diário de Campinas*, 21/1/81 e 22/1/81. AEL. MR 152.

preocupação exposta no artigo *A questão da abolição*, onde se pede algum encaminhamento que evite os perigos e incertezas de uma resolução imediata, garantindo o futuro da lavoura. Aponta ainda que a inércia governamental é um linha de ação ruim, que pode incentivar abolicionistas a ações mais imediatas, levando o país a uma anarquia econômica.⁹

Ainda no início da década de 1880, a caracterização da superioridade do trabalho livre sobre o escravo parece estar em dúvida. Podemos dizer isso pela repetição de artigos que procuram convencer os leitores dos jornais desse fato. Datam de 1882 dois artigos sobre o tema. Em *Trabalho livre* era afirmado que já estava mais que provada a superioridade do trabalho livre sobre o escravo, sendo apontada a mudança e o entusiasmo que o emprego desse resultou para um fazendeiro fluminense. Já em *Vantagens do trabalho livre* (este apresentando dados do economista Domingos Maria Gonçalves) temos números que apontariam para uma maior lucratividade do trabalho livre sobre o escravo, através do levantamento custos de aquisição e manutenção dos dois trabalhadores, além de produção e lucro resultante.¹⁰

A questão da necessidade ou produtividade do trabalho escravo se refletiu também em outra discussão contraditória a respeito do comércio interprovincial de cativos. Em 1878 foi lançado na assembléia provincial de São Paulo um projeto visando a proibição do comércio interprovincial de cativos. Seria uma reação a grande entrada de escravos nessa região, que causava um desequilíbrio na presença cativa no país, concentrando-os no Sudeste (AZEVEDO, 1987, p. 119). No Diário de Campinas de 27 de abril de 1878 nos temos a publicação de um discurso de João Baptista Pereira, presidente da província de São Paulo, explica as razões de seu veto contra um imposto de importação de escravos. Segundo ele, isso seria ilegal por ferir o direito de propriedade e a medida também não seria benéfica para a lavoura, que necessitaria desses braços para seu desenvolvimento. Aponta que dois projetos semelhantes haviam sido recusados a pouco no parlamento.¹¹

Apesar disso, os jornais de Campinas realizaram uma cobertura constante a respeito da evolução do mercado interprovincial, como a elevação do imposto de averbação de escravos que entram na província do Rio de Janeiro em dezembro de 1880, medida elogiada pelos jornais locais.¹² Na própria Corte a medida foi bastante elogiada. No editorial do *Jornal do Comércio*, incluído *O braço livre e o braço escravo*, foi elogiada a ação da assembléia com o

⁹ *Gazeta de Campinas* 15/3/83. AEL. GC 2010

¹⁰ *Diário de Campinas*, 23/4 /82, 29/12/82, 1/4 /82. AEL. MR 154.

¹¹ *Diário de Campinas* 27/4/78. AEL. MR 149.

¹² *Diário de Campinas*, 8/12/80. AEL. MR 152. *Gazeta de Campinas* 17/12/80. AEL. MR 186. Os elogios geralmente se referem a necessário da medida para evitar a concentração de escravos no Sul, o que poderia causar uma catástrofe social e econômica futuramente.

imposto proibitivo sobre a entrada de escravos. Seria ele um instrumento de precaução, de acordo com a necessidade de mudança para qual passava a lavoura, que não permitiria a continuidade do costume de adquirir cativos, uma medida paliativa que tenderia a ser onerosa e desastrosa a longo prazo.¹³

A mudança de posição a respeito desse imposto se dá pouco tempo depois. No fim deste mesmo mês de dezembro de 1880 temos uma publicação da reunião do Club da Lavoura de Campinas que definiu a atitude dessa agremiação frente à escravidão, com os seguintes encaminhamentos à assembleia provincial: 1. pediam medidas de incentivo à imigração. 2. solicitavam medidas de proibição da entrada de escravos. E com o apoio dos lavradores dessa próspera região, uma medida que colocava obstáculos proibitivos à importação de cativos foi finalmente aprovada, através de uma lei que taxava a entrada de escravos na província em dois contos de réis.¹⁴

As razões que levam o presidente da província e os lavradores de Campinas a defenderem a continuidade do comércio e posteriormente a mudarem de posição nos levam a outra questão, a das alternativas ao trabalho escravo. Na verdade, esse tema fica colocado explícita ou implicitamente nos artigos através de comparações entre o trabalhador escravizado e outros, como o nacional livre e imigrantes estrangeiros.

Como vimos anteriormente, apesar dos riscos de levantes e das críticas à escravidão, a utilização do trabalhador cativo continuava sendo vista como viável até inícios da década de 1880. Nesse contexto, a proibição do comércio interprovincial de escravos foi entendida também como forma de forçar os fazendeiros a mudarem de atitude frente à escravidão, visto o risco de divisão nacional frente a essa questão (AZEVEDO, 1987, p. 105, 111). Apesar disso, muitos artigos procuraram mostrar a superioridade do trabalhador livre frente ao cativo, e a própria existência desses artigos mostra a força do escravismo.

A opção pelo trabalhador nacional foi avaliada por alguns autores, sendo visto contraditoriamente como solução ou parte do problema de mão de obra. Em *O trabalho de parceria*, artigo da *Revista industrial* publicado no *Diário de Campinas* em 1880, o autor defende a opção pelo trabalho de parceria envolvendo a população nacional, visto que esta se adaptaria melhor a essa forma de organização do trabalho. Faz essa opção ao descrever o brasileiro como indolente, gastador e não providente, abandonando a lavoura assim que conseguia dinheiro.¹⁵ Em 1881, ao contrário, o artigo *Trabalho barato*, originalmente

¹³ *Gazeta de Campinas*, 18/12/80. AEL. MR 186.

¹⁴ *Diário de Campinas*, 28/12/80, 23/1/81. AEL. MR 152.

¹⁵ *Diário de Campinas*, 30/7/80. AEL. MR 151.

publicado no *Agricultor progressista* apontava que os trabalhadores nacionais seriam uma boa opção, porém não iriam se dispor ao trabalho agrícola pelos baixos salários que os fazendeiros queriam, pois achavam empregos melhor remunerados em outros ramos, como a construção de estradas de ferro e rodagem e na indústria. Segundo o artigo, o que os imigrantes chineses desejariam ganhar era o que os nacionais gostariam também. O que faltaria então, não seria necessariamente o imigrante, mas que o fazendeiro aprendesse a dirigir o trabalhador livre e utilizar seu trabalho. Faltaria educação ao lavrador para utilizar melhor os recursos e tecnologia disponível, aproveitando o autor para criticar também a insistência na utilização do trabalho escravo, visto por ele como a mais cara das opções. Acredita que a lavoura nacional, cultivada por brasileiros, poderia dar excelentes resultados se bem dirigida.¹⁶

Em 1876, uma série de artigos intitulados *Imigração* passou a ser vinculado. Traçando um histórico das tentativas do governo brasileiro atrair imigrantes, o autor aponta uma série de erros, gastos excessivos e má organização, criticando também as experiências de contrato de locação de trabalho (“escravidão temporária”) ¹⁷ que não agradavam nenhuma das partes. Levanta uma série de dúvidas sobre a validade dos gastos com imigrantes, frente a possibilidade de melhor emprego dos trabalhadores nacionais. Instrução e crédito agrícola seriam investimentos mais interessantes para o autor dessas matérias.

Entretanto, para a maior parte dos editoriais e artigos selecionados, a resposta a falta de braços para a lavoura nacional deveria ser respondida pela imigração de trabalhadores.¹⁸ Nesse ponto, as dúvidas se situariam em torno de qual seria a origem dessa mão de obra que mais beneficiaria o Brasil. No artigo *Questão da imigração*, publicado na *Gazeta de Campinas* em 1877, além da defesa de que somente a imigração pode salvar a lavoura com o fim do elemento servil, temos uma análise das principais origens de trabalhadores disponíveis. Descarta a possibilidade de trazer africanos, e aponta que os trabalhadores chineses seriam problemáticos, sendo que com esses e os indianos o que teríamos seria uma forma de reestabelecer a escravidão. Sobre as colônias de europeus, aponta que até aquele momento elas não haviam dado certo devido a péssima escolha de lugar (isolados, longe de mercados consumidores) e de colonos (muitos sem experiência no trabalho agrícola). Defende ainda que a Alemanha seria a fonte de colonos mais propícia, mas para isso, deveríamos acabar com a intervenção do governo e mudar os contratos, torná-los mais realistas.¹⁹

¹⁶ *Diário de Campinas*, 12/8/81. AEL. MR 152; e *Diário de Campinas*, 8/7/1876. AEL. MR 146.

¹⁷ *Diário de Campinas*, entre 8/7 e 15/7 de 1876. AEL. MR 146.

¹⁸ *Diário de Campinas*, 19/5/78. AEL. MR 149. *Diário de Campinas*, 17/11/78. AEL. MR 149.

¹⁹ *Gazeta de Campinas*, 29/5/77. AEL

Em 1880, o *Diário de Campinas* publica um estudo semelhante, intitulado *O chin, o alemão e o italiano*, em que compara esses três imigrantes, apontando que somente o chinês aceitaria vir ao Brasil em números suficientes.²⁰ E a imigração chinesa aparece como uma das principais possibilidades discutidas no início da década de 1880. Fruto das fracassadas experiências com o emprego de colonos europeus na grande lavoura, observamos a defesa da vinda de chineses para as fazendas brasileiras como única forma de manter as mesmas, visto que a escravidão deveria encontrar seu fim. E assim sendo, foi seguida de grande expectativa uma expedição brasileira a China, que poderia organizar a vinda de trabalhadores para a lavoura nacional na segunda metade de 1879.²¹

Essa perspectiva de trazer trabalhadores chineses foi duramente criticada por uma série de autores. Em setembro de 1879 Joaquim Nabuco emite uma opinião contrária à introdução de *chins*, como eram chamados, por temor de que esses fossem vistos e tratados como escravos, tendo eco em outros parlamentares brasileiros que discutem essa missão a China.²² De forma semelhante, a *Anti Slavery Society* afirma que realizará uma representação contra a introdução de chineses no Brasil, apontando que esses seriam tratados como escravos.²³

A defesa do imigrante europeu como fonte desejável de mão de obra se tornou majoritária quando se desconstruiu a possibilidade de atrair chineses. Assim, a questão passou a ser o que se deveria fazer para trazê-los. No artigo *Emigração*, publicado em 1882, foi apontado que seria do ingresso de trabalhadores produtivos que dependeria o futuro da província, seriam deles que os fazendeiros conseguiriam os braços para suprir a falta de trabalhadores com o fim da escravidão. E a forma idealizada para desenvolver essa atração de imigrantes seriam novas instruções para a ação do governo provincial, esse deveria ajudar na despesa da passagem e na hospedagem dos estrangeiros que procuravam empregar-se na lavoura.

A série de artigos e editoriais publicados nesses periódicos do interior paulista exteriorizava uma série de preocupações e debates que marcavam um campo de opções para o futuro da grande lavoura, entendido por esses autores como intimamente ligados ao futuro do país como um todo. Mais do que isso, eles apontam para as disputas e contradições em jogo, para a construção de um processo e opiniões que vão se estabelecendo ao longo desses anos, com o apoio de uma classe política e dos produtores paulistas.

²⁰ *Diário de Campinas*, 14/12/80. AEL. MR 152.

²¹ *Diário de Campinas*, 3/4/79, 17/8/79. AEL. MR 150.

²² *Diário de Campinas*, 5/9/79, 15/9/79, 4/10/79. AEL. MR 150.

²³ *Diário de Campinas*, 30/9/79. AEL. MR 150.

Como linhas gerais, diretrizes sempre reforçadas nesses periódicos, encontramos o intuito de encaminhar o fim da escravidão com o menor abalo possível na ordem social. Além disso, observamos a constante preocupação em garantir a mão de obra para as fazendas, preservar e expandir a capacidade produtiva das fazendas paulistas, com trabalhadores ordeiros e acima de tudo relativamente baratos, competitivos em relação aos custos da escravidão.

Além dos muitos debates já vistos, é importante lembrar que essa questão da garantia de braços para a lavoura, num contexto de fim da escravidão e de incentivo da imigração, geralmente incluía o debate de uma série de outras reformas. Essas seriam necessárias para complementar as mudanças por que passava o país e garantir o sucesso e desenvolvimento da grande lavoura. Uma das mudanças necessárias, para a atração de imigrantes, seria a necessidade de se educar os lavradores para outra forma exercer seu poder. Segundo o autor de um artigo, o lavrador via o escravo como inimigo e tinha um forma de mando que dificilmente seria aceita pelo homem livre.²⁴

Especialmente quando defendem a imigração européia como solução para o Brasil, os parlamentares e articulistas cujas falas aparecem nos jornais de Campinas defendem outras reformas. Mudanças na lei eleitoral e na política de nacionalização seriam necessárias para incluir esse imigrante na população nacional, também uma preocupação desses projetos. Uma mudança na lei de registro civil, visando reconhecer os batismos e casamentos de não católicos, também foi outra reforma sugerida pelos promotores da imigração, enfrentando resistência por parte do clero.

Independente dessas mudanças relativas a atração de imigrantes, diversos artigos defendiam outras medidas para o melhoramento das condições da lavoura, como a regulamentação e diminuição das tarifas de transporte, incentivo e promoção de novas técnicas e ensino agrícola (especialmente para a população pobre, libertos e ingênuos) e principalmente a expansão e facilitação do crédito agrícola.

Como visto, os jornais de Campinas procuravam informar seus leitores dos diversos debates que procuravam definir os rumos da escravidão e da grande lavoura, sempre por uma perspectiva marcada por preocupações com a ordem e garantia da força de trabalho para essa atividade. Dessa forma, mostrando os debates e disputas em torno das opções levantadas para o país, acreditamos ter contribuído para entender esse contexto não como passos de um processo determinado, mas como um campo de disputas.

²⁴ *Diário de Campinas*, 30/8/78. AEL. MR 149.

Referencias bibliográficas

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/Edusp, 1994.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2a ed. Campinas: Unicamp, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravo e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987

SLENES, Robert W. “The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888”. Tese de doutorado em História, Stanford, Stanford University, 1976.